

Orçamento adia recesso do Congresso

O Congresso tentará votar hoje, mais uma vez, o Orçamento da União para 1991, em sessão marcada para as 14h. Como dificilmente alcançará o quórum necessário para votação da matéria (248 deputados e 38 senadores), os presidentes da Câmara, Paes de Andrade (PMDB/CE), e do Senado, Nelson Carneiro (PMDB/RJ), deverão prorrogar os trabalhos, em autoconvocação, como manda a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em seu Artigo 52.

Além do Orçamento, estão pendentes para apreciação do Congresso as cinco medidas provisórias publicadas sábado no **Diário Oficial** formando o pacote fiscal baixado pelo Governo para aumentar impostos e tarifas públicas, com objetivo de elevar a arrecadação tributária. No mesmo dia, o Governo editou duas medidas provisórias que fixam reajuste salarial de 81 por cento para servidores públicos civis e militares e impedem a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público. Há, ainda, a Medida Provisória 267, que regula a locação predial urbana, retirada da pauta de votação do esforço concentrado três vezes na semana passada, pelo fato de os líderes partidários não terem chegado a qualquer acordo sobre a matéria.

Somente por volta das 23h do sábado, o presidente do Senado cancelou a sessão do Congresso marcada para ontem à tarde, pelo fato de não haver quórum nem acordo de lideranças para votação do Orçamento. A situação de hoje deverá ser a mesma, conforme a previsão do líder do Governo, deputado Humberto Souto (PFL/MG), diante da dificuldade dos parlamentares para conseguir passagem aérea dos seus estados para Brasília.

O pacote fiscal baixado pelo Governo precisa ser votado ainda este ano, por se tratar de cobrança de tributo para 1991. O Governo também não poderá reeditar essas medidas provisórias, que têm prazo até janeiro, pelo fato de o Congresso estar em recesso. Apesar das críticas feitas por líderes de partidos da Oposição contra a edição do pacote fiscal, o líder do Governo disse que não deverá haver dificuldades em plenário para aprovar a matéria.

“As medidas provisórias não são polêmicas, e os deputados não estão dispostos a criar empecilhos” — disse Souto. Para o deputado, o PT, que vem obstruindo a votação, está apenas se valendo da falta de quórum para pressionar os demais partidos em plenário.